

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Piovezana, Leonel

Território Kaingang na mesorregião grande fronteira do MERCOSUL: territorialidades em confronto

História Unisinos, vol. 15, núm. 2, mayo-agosto, 2011, pp. 328-338

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866827018>

Território Kaingang na mesorregião grande fronteira do MERCOSUL: territorialidades em confronto

Kaingang territory in the meso-region of the great Mercosul border:
Territorialities in confrontation

Leonel Piovezana¹

leonel@unochapeco.edu.br

Resumo. Com o objetivo de estudar o processo de formação do território Kaingang na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, localizado no sudoeste paranaense, oeste catarinense e noroeste gaúcho, em 15 terras indígenas, analisamos as concepções de mundo e os interesses dos diversos atores que interagem na formação das diversas territorialidades que se confrontam nas terras indígenas do povo Kaingang. O estudo busca caracterizar a população Kaingang, verificando aspectos relativos à política, ao poder e à tomada de decisões no interior de seus territórios; busca caracterizar também o Estado Nacional como órgão tutor, bem como as autoridades regionais e locais, quanto às ações no campo político, e aos usos dos espaços socioambientais e de trabalho do povo Kaingang. O estudo das territorialidades, do vínculo com o passado, da coleta, da caça e da pesca, da roça e da moradia, da cooperação e dos arrendamentos de terras, é importante para auxiliar na concepção de território presente entre os Kaingang, que se expressa nas lutas pelo domínio e pela organização de seus espaços. Com embasamento nas teorias sociais e nos espaços concretos das relações de poder entre os Kaingang, estudamos o território no sentido de compreender como as territorialidades se configuram diante das demarcações das terras pela União, em contraposição aos discursos de autonomia e de igualdade social, de autonomia e de liberdade dos Kaingang, com o intuito de compreender as territorialidades em confronto, decorrentes das formas como se processam as relações de poder entre índios e não índios no Território Kaingang na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL.

Palavras-chave: Kaingang, território, territorialidades, terras indígenas.

Abstract. This paper aims at studying the process of Kaingang's territory in the Mesoregion Great Border of MERCOSUL, located in the southwest of Paraná, west of Santa Catarina and northwest of Rio Grande do Sul states, on 15 Indigenous's lands. We analyzed the world conceptions and the interests of the different agents that interact on the formation of the several territorialities, which confront on the Indigenous's lands of Kaingang. The study seeks to characterize Kaingang's population, verifying aspects related to politics, power and, the decision making into their territories; it also search for characterizing the national state as a tutorial organ as well as the regional and local authorities, regarding to the actions in the political, and economic field and the uses of the social and environmental and, work spaces of The Kaingang. The study of territorialities, the bond with the past, the gathering, the hunting and the fishing, the plantation and the housing, the cooperation and the leases of land is important to help understand the conception of territory presented

¹ Dr. em Desenvolvimento Regional pela UNISC (RS). Professor da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (SC). Coordenador das Licenciaturas Indígenas Kaingang, Ciências da Religião, da Pós-Graduação em Levantamento Geodésico e Georreferenciamento de Imóveis Rurais da UNOCHAPECÓ.

among The Kaingang that is expressed in the struggles for dominance and organization of their spaces. Based on the social theories and also on the concrete spaces of power relationships among The Kaingang, we studied the territory in order to understand how the territorialities represent themselves faced with the demarcation of land carried out by the Union, in contrast to the discourses of autonomy and social equality, autonomy and freedom of Kaingang, with the purpose of understanding the territorialities in confrontation, resulting from the ways the power relationships are processed among Indigenous and non-Indigenous in the Kaingang Territory in the Mesoregion Great Border of MERCOSUL

Key words: Kaingang, territory, territoriality, indigenous peoples' land.

Introdução

“Território Kaingang na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: Territorialidades em Confronto” é uma pesquisa que trata do processo de formação do território Kaingang localizado no sudoeste paranaense, no oeste catarinense e noroeste riograndense, abrangendo um total de 15 terras indígenas.

Esta pesquisa visa à identificação e análise das territorialidades em confronto a partir dos anseios dos agentes indígenas envolvidos no processo, desde a formação do território, confrontados com as ações de tutela e interferência por parte dos governos (locais, estaduais e/ou federal) e ações de interesse econômico por parte da sociedade não indígena.

As evidências mostram que os municípios exercem mais um papel de assistencialismo do que de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento dos povos indígenas. É visível o contraste entre benfeitorias realizadas em áreas indígenas e áreas não indígenas da região.

Os objetivos estão fundamentados na análise do processo de configuração do território Kaingang ao longo da última década, com ênfase nas territorialidades em confronto, explicitadas nas relações com a sociedade não indígena.

Além disso, procura-se também identificar e caracterizar suas condições de vida e suas perspectivas como grupo étnico diferenciado na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL e identificar a espacialização da área de abrangência das Terras Indígenas (TIs) em que vivem os Kaingang.

Para tanto, procurou-se caracterizar sua população, sua situação socioeconômica e cultural, a infraestrutura de que dispõem, analisando os principais conflitos territoriais entre índios e não índios em seus territórios, averiguando a percepção dos índios Kaingang quanto ao seu espaço de vida, à conservação dos recursos naturais e aos elementos formais e informais de suas territorialidades, confrontados com os interesses gerados na ocupação de suas terras por

grupos sociais pós-existentes e das políticas de desenvolvimento oficial, por parte da União e da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Território e territorialidade Kaingang

Entre os índios Kaingang existem regras provenientes de usos e costumes tradicionais, juntamente com regramentos e condicionamentos que caracterizam os tempos atuais, que definem diferentes modos de utilização da terra. Há espaços de uso coletivo, os quais, segundo o padrão tradicional de organização socioespacial, podem ser definidos como: as matas, os rios, os córregos, as estradas e caminhos, os cemitérios e os locais sagrados. Somam-se inúmeros registros históricos que descrevem a utilização coletiva desses espaços.

Ainda hoje, final da primeira década do século XXI, nas terras indígenas, onde há porções significativas de mata nativa e de rios límpidos, observa-se o uso coletivo dos espaços destinados à caça, à pesca e à coleta. As atividades de pesca e coleta, especialmente de taquara e cipó, para a confecção de artesanato e de lenha, constituem nos dias de hoje etapas importantes da cadeia produtiva indígena.

As estradas e caminhos, assim como os cemitérios e locais sagrados, podem ser considerados como os espaços coletivos por excelência, seus lugares. Se associarmos as narrativas mitológicas ao caráter sagrado atribuído aos cemitérios na cultura Kaingang, percebemos que esses índios reconhecem esses espaços como pertencentes ao conjunto da coletividade do presente, passado e futuro. Merleau-Ponty (1999, p. 550-551), refletindo sobre o tempo, que parece algo linear (advém do passado, e o futuro é a consequência do presente), quando, na realidade, o tempo supõe uma visão sobre o tempo:

[O tempo] não é um processo real, uma sucessão que o indivíduo pode registrar, ele nasce da relação com as coisas. Nas próprias coisas, o porvir e o passado

estão em uma espécie de preexistência e sobrevivência eternas. O passado e o futuro estão agora presentes no mundo [...] o porvir ainda não é, o passado não é mais, e o presente, rigorosamente, é apenas um limite, de forma que o tempo desmorona (Merleau-Ponty, 1999, p. 551-552).

São esses vínculos com o entorno que identificam os Kaingang e que estabelecem relações de tempo e lugar. Lugar e paisagem são palcos de interação dos atores no tempo e tornam presentes as lembranças que resgatam o passado e afirmam, cada vez mais, as identidades. Portanto, o passado não é uma paisagem esquecida ou que ficou no tempo, ele é retomado e tornado presente, perceptível, o que possibilita e fortalece o sentido do eu e da identidade dos nativos (Tuan, 1983).

Ao considerarmos a configuração atual das comunidades Kaingang, devemos ampliar esta lista de espaços de uso coletivo, a fim de incluir os clubes, os campos de futebol, as escolas, os postos de saúde e maquinários agrícolas. Esses são espaços de socialização que dispõem de equipamentos geralmente construídos por interveniência ou intervenção de instâncias governamentais. Concomitantemente, processos de arrendamento das terras indígenas a agroindústrias e granjeiros da região, para a produção de sementes de milho, soja, girassol e eucalipto, são muito comuns.

Os registros históricos, principalmente os registros dos primeiros conquistadores dos Campos de Guarapuava e de Palmas (PR), disponíveis sobre a sociedade Kaingang oferecem informações valiosas a respeito da distribuição espacial das suas casas, constituídas por grupo familiar. Embora este grupo indígena pertença ao tronco linguístico Macro Jê, cujo traço cultural marcante é o dualismo sociocosmológico² articulado através de metades exogâmicas³, não há registros sobre a disposição espacial circular das casas Kaingang, como ocorrem com outros grupos indígenas.

A regra da matrilocalidade mantém-se como um princípio estruturante da constituição dos grupos domésticos. É comum que em casas construídas

próximas umas das outras habitem mulheres em relação de consangüinidade (irmãs, filhas e netas, por exemplo) e homens em relação de afinidade (sogro, genro e cunhados). Obviamente nem todas as famílias estão organizadas segundo este padrão, porém há registros históricos e etnográficos que comprovam que a matrilocalidade constitui um padrão de residência. Há casos em que o padrão de residência não é matrilocal. Nesses casos a forma mais comum de residência é a neolocalidade – o casal constitui uma nova casa. Mesmo nestes casos, são as relações de parentesco que garantem a socialização da nova família na comunidade. Isto é, mesmo que o padrão de residência apresente alterações com relação ao modelo tradicional, os mecanismos de solidariedade construídos pelo parentesco permanecem operando como uma estratégia nativa de sociabilidade (Tommasino e Fernandes, 2001, p. 1).

Tanto os registros históricos quanto os trabalhos etnográficos recentes demonstram que os grupos tradicionais Kaingang são constituídos por pequenos aglomerados de residências, que comportam uma ou mais famílias.

Telêmaco Borba (1908), em 1882, ao descrever os Kaingang do norte do Paraná, afirmou que as casas Kaingang reuniam de 25 a 40 pessoas. Pierre Mabilde (1897), engenheiro belga que permaneceu durante a primeira metade do século XIX com os Kaingang no norte/noroeste do Rio Grande do Sul, afirmou que os grupos Kaingang eram formados por parentes entrelaçados que ocupavam uma ou duas residências, próximas uma à outra, nunca ultrapassando a população de 50 indivíduos.

Podemos inferir, a partir destas e de outras referências, que a sociedade Kaingang era formada pela articulação de diversas unidades domésticas constituídas por parentes entrelaçados. Essas pequenas unidades domésticas constituíam as unidades sociais mínimas da sociedade Kaingang, as quais dependiam exclusivamente de suas atividades produtivas para garantir seu sustento.

² Sistema sociocosmológico: Lima (2005), em sua primorosa etnografia, notou que o sistema sociocosmológico constrói um contínuo entre os estados da subjetividade e as propriedades do cosmos, e que seria imperativo compreender em que condições o cosmos se mostra um "sistema de relações". E a autora nos coloca a seguinte questão: "se o conceito de totalidade, no pensamento antropológico clássico, é fundamental nas antinomias natureza e cultura (ou sociedade), indivíduo e sociedade, como poderíamos tratar de perspectivas totais sem reproduzir tais antinomias?" Viveiros de Castro (1996) observou no artigo "Os nomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio" que, para diversos povos, o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos. Esse "perspectivismo" caracteriza-se como "multinaturalismo", visto que o que se tem é uma diversidade de "naturezas" e uma só "cultura". Os animais, por exemplo, veem da mesma maneira que nós coisas diversas do que vemos porque seus corpos são diferentes dos nossos. O ponto de vista é uma propriedade do espírito, já que só os seres dotados de espírito são sujeitos humanos, mas a diferença entre os pontos de vista (e um ponto de vista não é senão diferença) não está na alma, pois esta, formalmente idêntica através das espécies, só enxerga a mesma coisa em toda parte – a diferença é dada pela especificidade dos corpos.

³ Exogamia: Proibição de casamento de membros do mesmo clã e obrigatoriamente deste com pessoas de clãs diferentes (cf. Mello, 2003, p. 320). No caso dos Kaingang, as metades exogâmicas são: Kame e Kairu. Veiga (2006) trata com profundidade e clareza da questão da organização social Kaingang; o texto apresenta ao leitor aspectos do funcionamento cotidiano dessa importante sociedade indígena no Brasil, das etnografias produzidas no contato bastante íntimo com a comunidade indígena. A autora apresenta, em detalhes, o ritual Kaingang para os mortos, a festa do Kikoi. Esta celebração está sendo preparada pelos Kaingang da TI Condá de Chapecó (SC) para realização em abril de 2011.

Essas unidades sociais mínimas mantinham articulação umas com as outras, especialmente em momentos de festas, no ritual do kikikoi⁴ e de guerra.

Os Kaingang, como outros grupos da família linguística macro-jé, são caracterizados como sociedades sociocéntricas que reconhecem princípios sociocosmológicos dualistas, apresentando um sistema de metades. Entre os Kaingang as metades originadoras da sociedade recebem os nomes de Kamé e Kairu. Os registros dos primeiros conquistadores dos Campos de Guarapuava sugerem que os colonizadores perceberam parcialmente tal modo de organização social. Os agentes de conquista sabiam que os Kaingang reconheciam certas divisões sociais, pois que tais divisões resultavam na existência de grupos distintos com atitudes distintas perante os brancos. O sistema de metades, enquanto um articulador da organização social kaingang produziu formas muito mais complexas do que aquela identificada pelos primeiros colonizadores. No mito de origem coletado por Telêmaco Borba (1882) encontra-se uma versão resumida da cosmologia dualista kaingang. Neste mito os heróis culturais Kamé e Kairu produzem não apenas as divisões entre os homens, mas também a divisão entre os seres da natureza. Desta forma, segundo a tradição kaingang, o Sol é Kamé e a Lua é Kairu, o pinheiro é Kamé e o cedro é Kairu, o lagarto é Kamé e o macaco é Kairu, e assim por diante. A expressão sociológica mais forte desta concepção dualista é o princípio da exogamia entre as metades. Segundo a tradição kaingang os casamentos devem ser realizados entre indivíduos de metades opostas; os Kamé devem casar-se com os Kairu e vice-versa (Tommasino e Fernandes, 2001, p. 2).

Com a colonização do noroeste do Rio Grande do Sul, em fins do século XVIII e início do século XIX, e dos campos de Palmas (PR), incluindo todo o oeste catarinense, a partir de 1915, colonizadoras loteiam a região com o aval dos governos, desconsiderando as áreas demarcadas ou ocupadas pelos Kaingang, vendendo a terra a agricultores, na grande maioria descendentes de imigrantes italianos e alemães provindos do Rio Grande do Sul.

Nesse processo de colonização Laroque (2006, p. 390) afirma que “[...] a história dos Kaingang em seus tradicionais territórios no Sul do Brasil e em situações

envolvendo as fronteiras geográficas, étnicas e culturais [...] mesmo estabelecendo alianças, guerras e atualizando elementos de sua cultura, portaram-se de acordo com as pautas culturais do grupo e não abriram mão da identidade de índios Kaingang”.

Esses grupos eram constituídos por famílias numerosas, praticantes da policultura, que viam a natureza, matas e fauna como obstáculos, e a “limpeza”, leia-se desmatamento da terra, era princípio fundamental para o progresso e o desenvolvimento de suas atividades, e nisto consistia a eliminação também dos índios ou selvagens.

Os Kaingang assistem, nesse processo, à invasão de seus territórios e interferências em suas territorialidades, de forma mais violenta, pois já conviviam com remanescentes de negros e caboclos sobreviventes da Guerra do Contestado de 1912-1916, episódio que dizimou grande parte da população de negros, caboclos e índios do Estado de Santa Catarina.

Com a política de aldeamento e confinamento territorial a que foram submetidos muitos grupos Kaingang, a partir da segunda metade do século XIX, houve conflitos intensos, que forçaram grupos familiares inteiros a abandonar suas casas e terras de origem. Muitos procuraram abrigo em outras terras indígenas, outros, no entanto, passaram a habitar a periferia das propriedades rurais como agregados ou peões, ou nas periferias urbanas, favelas e vazios das cidades da região.

A partir do exposto, concebemos o território Kaingang como aquele que é materializado no espaço como um campo de forças, definido e delimitado por relações de poder (Raffestin, 1993; Souza, 2001), relações estas que têm levado ao embate entre o poder do Estado, representado pelos órgãos institucionais, como Funai e Funasa, e o poder do grupo, nesse caso, os Kaingang, como atores sociais na luta pela terra e pelos espaços de cidadania e autonomia de seu povo.

A concepção de território e de territorialidade para o Kaingang está no vínculo com a terra, com a natureza mãe, com a cosmologia e este território como espaço disponível para a vida, para todos.

Percebemos então como constituintes de territorialidade “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espacotempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (Raffestin, 1993, p. 160).

⁴ Kikikoi: Mesmo no contexto atual da Terra Indígena Xapecó, onde o Kiki foi realizado pela última vez no ano de 2000, a realização deste ritual possibilita a identificação da articulação desta experiência ritual com crenças e práticas relacionadas à cosmologia dualista Kaingang. O ritual consiste, fundamentalmente, na performance de dois grupos formados por indivíduos pertencentes a cada uma das metades clânicas, Kamé e Kairu. A condução da vida social Kaingang, vimos, opera uma constante fusão das duas metades. Durante o Kiki, no entanto, as metades atuam separadamente, formando grupos de “consanguíneos classificatórios ou mitológicos”. Como nos mitos, o relacionamento entre os grupos que atuam no ritual é marcado pela complementaridade e assimetria entre as metades Kamé e Kairu. A realização do ritual do Kikikoi depende da solicitação dos parentes de alguém que veio a falecer no ano anterior ou nos anos anteriores (Baldus, 1937).

[...] essa territorialidade é dinâmica, pois os elementos que a constituem [...] são suscetíveis de variações no tempo. É útil dizer, neste caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constituem podem ser simétricas ou dessimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis (Raffestin, 1993, p. 161).

Quando consolidadas, essas territorialidades provocam choques políticos, culturais, econômicos, ambientais e sociais. Para Raffestin (1993)⁵, a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. São relações de poder, uma vez que existe interação entre os atores que buscam transformar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais, e concomitantemente sofrem modificações, mesmo que imperceptíveis.

Paula (2005) coloca que, ao lado do território zona das territorialidades fundadas na tradição há o território rede da conexão com o universo da modernidade, com suas características de flexibilidade, mobilidade e descontinuidade, e a lógica que preside a constituição dessas territorialidades pode ser conferida por duas formas de territorialização:

[...] uma, pela lógica zonal, de controle de áreas e limites ou fronteiras, outra, pela lógica de fluxos e pólos de conexão ou redes. A diferença entre zonas e redes tem origem [...] em duas concepções e práticas distintas do espaço, uma que privilegia a homogeneidade e a exclusividade, outra que evidencia a heterogeneidade e a multiplicidade no sentido de admitir as sobreposições espaço-temporais (Haesbaert, 2004, p. 290).

Neste sentido, o autor coloca que

[o] território zona da tradição atende aos preceitos legais para a demarcação de terras pelo Estado Nacional. Os direitos constitucionais são garantidos e com isso a tradição poderá ser mantida. A liberdade de ser índio tem seu espaço privilegiado, ou seja, o território demarcado para uso exclusivo do grupo que garante a reprodução deste, enquanto diferente étnico. A constituição da identidade tem seu substrato espacial na forma de um território em que o poder é exercido exclusivamente pelo grupo. Dessa maneira, o grupo tem a liberdade de manter suas formas tradicionais de existência e organização social, pode “refugiar-se” e escapar da inserção como mão-de-obra desqualificada no mercado regional [...] As territorialidades rede somente têm chance de existir porque uma territorialidade zona da tradição mantém o grupo conectado ao que o diferencia étnicamente, o que lhe assegura determinados direitos sobre um território de exclusividade que garante a sua sobrevivência cultural e física (Paula, 2005, p. 79).

Paula (2005) coloca ainda que o conceito de multiterritorialidade procura atribuir novo formato às relações com o espaço, na maneira como essas relações são exercidas pelos diversos agentes sociais, sejam grupos ou indivíduos, confrontando com os conceitos de territórios zonas da modernidade clássica territorial-estatal.

O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna”, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial (Haesbaert, 2004, p. 338).

Então, “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (Haesbaert, 2004, p. 180) A propositiva simbólica e

⁵ Além de Claude Raffestin, *Por uma geografia do poder* (1993), há outros autores, como Milton Santos no livro *A natureza do espaço* (1997), e Sandra Lencione, no estudo *Região e geografia* (2003), os quais também discutem o conceito de territorialidade.

afetiva do espaço foi clareada firmemente por Tuan (1980, p. 5), para quem o lugar é quase sempre utilizado como sinônimo de território, através da “topofilia”, que significa o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”.

O território Kaingang vem se definindo à luz dos interesses da União, das forças e pressões de indígenas e simpatizantes, à medida que se intensifica o poder de mobilização desses povos. É o exercício da territorialidade como pano de fundo dessas relações espaciais e das próprias concepções de espaço, indicando que essas relações espaciais não são neutras. O confronto é uma consequência, uma vez que os territórios indígenas não correspondem às divisões político-administrativas do Estado nacional.

Formação do território Kaingang

Para analisar o processo de formação do território Kaingang na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, as territorialidades em confronto com a sociedade não indígena, visando a identificar suas condições de vida, de saúde, de educação e perspectivas, como grupo étnico diferenciado, é importante assinalar que desde a chegada dos europeus, no ano de 1500, e de povos remanescentes do processo de miscigenação entre portugueses, afrodescendentes e índios, e mais especificamente a partir do final do século XIX e meados do século XX, com a entrada das empresas colonizadoras e a vinda, na maioria, de grupos de famílias de origem italiana e alemã, ações e práticas de educação/formação indigenista foram uma constante.

Ações e práticas de educação/formação indigenista no sentido estratégico de domínio e de submissão aos princípios de uma cultura fundamentada na exploração capitalista, na qual a natureza (leia-se floresta) se constituía em obstáculo a ser dominado para a implantação de atividades agrícolas e de criação de animais.

Nesse contexto, o índio era visto como natureza ou selvagem, passível da mesma ação de limpeza da terra. Então, os Kaingang passam a sofrer as pressões e são obrigados a assimilarem aspectos de culturas diferentes, trazidos pela sociedade neobrasileira⁶ de migrantes.

Neste contexto, os Kaingang da Mesorregião do Mercosul sofrem grandes perdas e, no processo de reintegração⁷ aos seus grupos de origem e territórios em formação, buscam redefinir seus territórios e construir suas territorialidades, como ação afirmativa na reconquista de

seus antigos espaços de vida, na perspectiva de reaverem sua identidade étnica que possa reforçar a alteridade e mesmo a relação socioambiental e cultural, para poderem assim criar políticas de desenvolvimento que os mantenham vinculados à sustentabilidade dos recursos naturais e à exploração desses recursos para a manutenção do grupo.

Essas políticas são reafirmadas nas formas de representações do grupo. Para Lencioni (2003, p. 157), “as representações são símbolos, as imagens e mesmo os mitos que conformam o imaginário sobre o território, têm um sentido específico e se constituem em importantes sistemas de referências que unem os grupos sociais e se projetam no espaço”.

Situação das Terras Indígenas Kaingang

Das Terras Kaingang do Brasil, 80% estão localizadas na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, que abrange o norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná.

Essa Mesorregião se localiza em área de fronteira com a Argentina e compreende 396 municípios, com área total de 120 mil quilômetros quadrados e população de 3,8 milhões de habitantes. Na Figura 1 identificamos o território da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Pelos dados do Ministério da Integração Nacional (2010), a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul teve sua criação originada quando da elaboração, em 1997, do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área da Bacia do Rio Uruguai, apresentado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, posteriormente, à extinta Secretaria Especial de Políticas do Sul e de Santa Catarina e tendo como elemento estruturador a bacia hidrográfica.

Conforme dados do Ministério, na porção rio-grandense, os 138 municípios que compõem a Mesorregião pertencem a sete Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes (Alto Jacuí, Produção, Missões, Fronteira Nordeste, Médio Alto Uruguai, Norte e Nordeste) e parte de outros quatro (Hortências, Serra, Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo).

No oeste de Santa Catarina, a Mesorregião abarca Associações de Municípios (AMAI, AMARP, AMAUC, AMEOSC, AME RIOS, AMMOC, AMNOROESTE, AMOSC, AMPLASC).

⁶ Sociedade neobrasileira de migrantes: refere-se às levas de famílias de agricultores, na grande maioria provinda do norte/noroeste do estado do Rio Grande do Sul, de origem alemã e italiana.

⁷ Processo de reintegração: Terras indígenas de usos tradicionais não são respeitadas pelas empresas colonizadoras e nem mesmo pelo governo, que permite os devidos registros de compra efetuada por migrantes agricultores não indígenas, denominados pelos Kaingang de “brancos”. Com a reintegração, a partir dos anos de 1970, pela reconquista de suas terras, esses povos sofrem e sentem a desarticulação de seus costumes e modos de vida ao redor da grande família, da língua e dos espaços modificados pelo uso de outras culturas, no decorrer de quase um século.

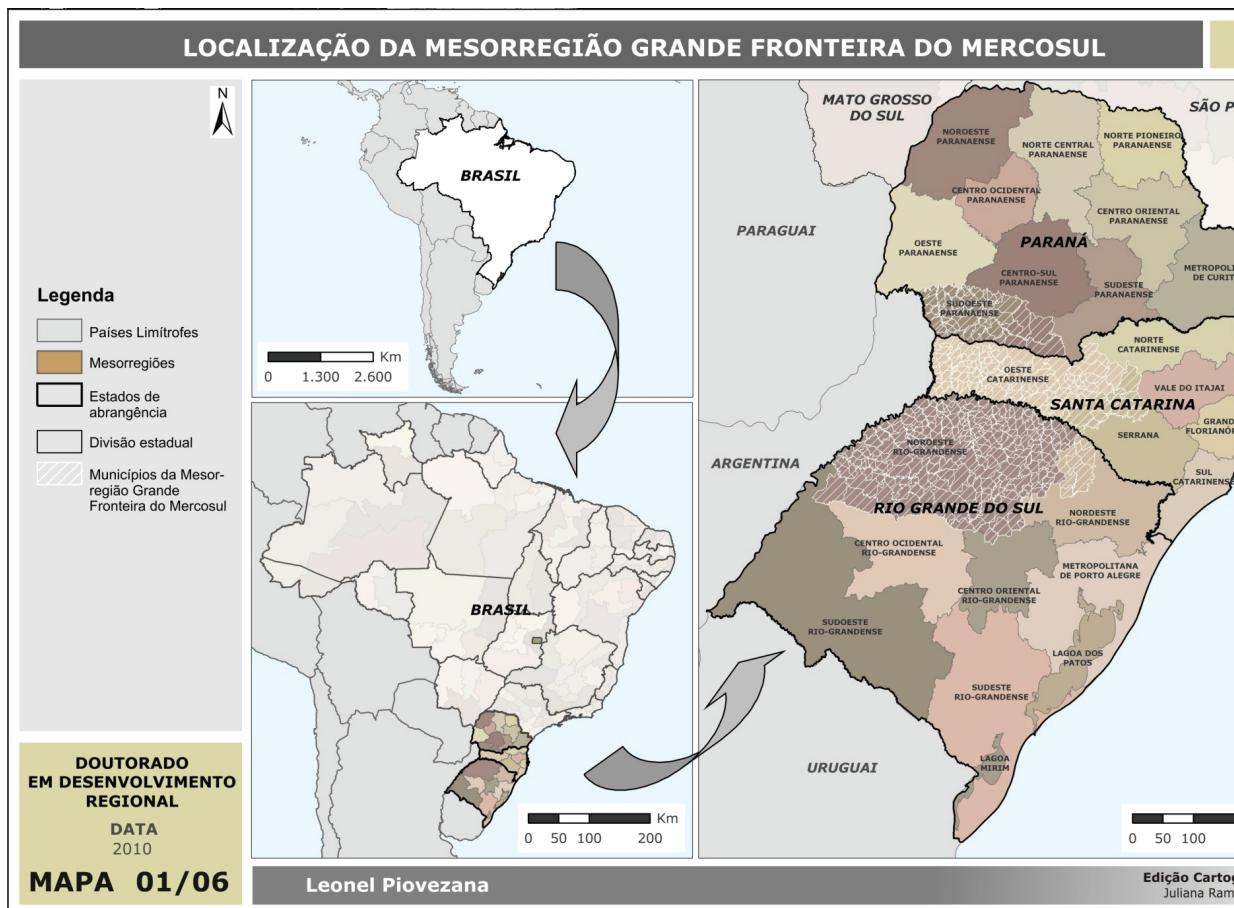


Figura 1. Mapa de localização da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.
Figure 1. Map of the Mesoregion of Mercosur Great Border.

Na porção paranaense da Mesorregião, parte dos municípios (36) integram a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP). O restante dos municípios faz parte da AMOP, da Amsulpar e da Cantuquiriguaçu, totalizando 47 municípios.

A Mesorregião possui identidade própria, forjada desde a chegada dos imigrantes na região Sul, quando houve a necessidade de as famílias agirem em conjunto, a favor dos interesses individuais e coletivos.

Essas vivências se refletem na dinâmica dos diferentes agentes sociais, atuantes na região, determinando o aprendizado para uma participação política e social organizada horizontalmente. Essa característica é identificada por uma densa rede de organizações, com uma ativa participação nas ações comunitárias.

Como órgão interno da Mesorregião, a Mesomercosul tem como objetivos: definir diretrizes, estratégias e prioridades para o desenvolvimento da Mesorregião de acordo com a sua realidade, limites e potencialidades, orientados para sua inserção com-

petitiva no mercado local, regional, nacional e global e, principalmente, atuar para uma integração intra e inter-regional sustentável.

Além disso, visa a fortalecer e consolidar a cooperação da sociedade civil e do setor público da Mesorregião, discutir e elaborar programas e projetos para desenvolver e coordenar ações estratégicas de impacto na Mesorregião. Coordena, ainda, os fóruns regionais existentes nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, com vistas à sua integração dentro dos objetivos do desenvolvimento da Mesorregião.

As Terras Indígenas demarcadas para os Kaingang, localizadas na área de abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, sofrem pelo abandono e pelo descaso das políticas públicas. Não há falta de terras, o uso dessas terras por investidores externos à comunidade indígena Kaingang é uma constante. As terras são da União, e os indígenas ficam à mercê dos mandos hierárquicos, interno e externo, de poderes que se constituíram com interesses econômicos do capital.

Nessas terras (territórios) indígenas vivem aproximadamente 25 mil pessoas, e 85% vivem em extrema miséria. São os sem terra, que trabalham como empreiteiros, boias-frias, nas agroindústrias da região e na venda de artesanatos. Os arrendamentos e terceirização da terra e de todas as formas de exploração estão nas mãos de poucos.

Abrangência territorial das TIs nos municípios da Mesorregião

O Município de Ipuaçu (SC) possui uma população total de 6.580 habitantes, dos quais 5.540 são da zona rural e 1.040 da urbana; 83% das residências estão edificadas na zona rural. Esse fator se deve à presença da população indígena Kaingang, que soma também o maior número de eleitores, de pequenos produtores rurais e de mão de obra agrícola do município. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio no ano 2000, conforme relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), é de 0,715 e o da renda é de 0,605, pois 85% das famílias indígenas contam regularmente com os R\$ 120,00 da bolsa família e, de forma irregular, com os rendimentos de diaristas e empreitadas. O município possui a maior parte das terras mecanizadas, e essas estão nas mãos de grandes proprietários e de famílias imigrantes de agricultores, o que se reflete na média do IDH geral.

O Município de Abelardo Luz (SC) conta com 51,2% das habitações na zona rural e 48,8% na zona urbana. Possui uma das maiores áreas territoriais do estado de Santa Catarina, com vestígios de latifúndio, com grandes propriedades agrícolas, pequenos produtores rurais e com assentamentos organizados por lideranças locais e pelo MST.

O IDH do município é de 0,779 e o da renda é de 0,685, números esses que indicam as desigualdades econômicas, pois a maioria das pessoas sobrevive da agricultura e da menor porção de terras produtivas. O comércio local, na sua maioria, é movimentado graças aos assentamentos e à agricultura familiar rural.

A TI Toldo Imbu está localizada no interior do município, com aproximadamente 40 famílias à espera das definições legais para posse e uso. Possui ainda, em partes de seu território, as Terras Indígenas Xapecó e Palmas.

O Município de Entre Rios (SC) é habitado por grande número de famílias Kaingang e Guarani. Sua população é de 2.944 habitantes, e, destes, 73,1% são rurais e na grande maioria indígenas. Possui terrenos férteis e de relevo acidentado, com propriedades de pequeno porte, caracterizadas como de agricultura familiar. O IDH geral é de 0,715 e o da renda é de 0,605, demonstrando assim o baixo nível econômico da grande maioria das pessoas do município, principalmente dos indígenas.

O Município de Bom Jesus possui 51% das residências na zona urbana e 49% na zona rural. As terras indígenas atingem pequenas porções de seu espaço territorial, com poucas habitações de famílias indígenas. O IDH geral é 0,733 e o da renda é de 0,639, também baixo, devido às condições socioeconômica e cultural, prejudicadas pelos processos de falta de incentivos agrícolas e de dependência recente do Município de Xanxeré (SC).

O Município de Chapecó (SC) possui três Terras Indígenas no interior de seu território: TI Chimbangue I e II e TI Condá. É um município sede das populações indígenas da região e é habitado por muitos indígenas não registrados na Funai, que vivem nas periferias da cidade.

As famílias que habitam a TI Condá são remanescentes da cidade e foram assentadas no ano de 2001. São famílias que ainda não se sentem pertencentes àquele espaço, e é comum diariamente encontrá-las na cidade e nos terrenos baldios próximos ao centro.

O IDH geral é de 0,840 e o da renda é de 0,747, que se justifica pelas atividades industriais e da agroindústria firmada no trabalho de famílias integradas nos processos de criação e engorda de animais, funcionários, somando-se ao comércio regionalizado. Tem uma população de 184.525 habitantes; 92,7% das residências estão na zona urbana e 7,3% na zona rural. A maioria das famílias é de pequenos produtores rurais da agricultura familiar e de integrados às agroindústrias; a maior área cultivada é de grandes propriedades, e seus donos habitam a cidade.

No Município de Seara (SC) está localizada a TI Pinhal, próxima à TI Chimbangue. Composta por aproximadamente 80 famílias, está mais vinculada à cidade de Chapecó. Seara tem uma população de 17.630 habitantes; 65,5% das residências estão edificadas na zona urbana e 34,5% na zona rural. É um município com relevo bem acidentado e com um grande número de integrados à agroindústria de suínos e aves. Seu IDH geral é de 0,832, e o da renda de 0,729.

A população indígena se constitui de famílias de pequenos produtores rurais que sobrevivem do artesanato em pequena escala, de diaristas e de trabalhadores da agroindústria da região.

O Município de Mangueirinha (PR) possui grande extensão territorial, e 68% de seus habitantes são da zona rural. Suas terras são em torno de 60% mecanizáveis, e apresenta relevo com altitudes de 1.000 a 1.100 metros, chegando a 300 metros no vale do Rio Iguaçu. É composto por grandes propriedades, alguns latifúndios e um grande número de pessoas praticantes da agricultura familiar e de peonagem.

A população indígena Kaingang assegura a preservação de uma das maiores reservas da mata araucária do Brasil e vende sua força de trabalho para investidores rurais dos municípios de Mangueirinha, Chopinzinho, Coronel Vivida e Pato Branco.

Tabela 1. Municípios da mesorregião com terras indígenas Kaingang.**Table 1.** Municipalities in the mesoregion with Kaingang's indigenous lands.

	UF	Município	Área (km ²)	População 2009	IDH 2002 PR e SC e PNUD Met. 2003 RS
1	SC	Ipuacu	261,4	6.881	0,715
2	SC	Abelardo Luz	955,4	16.999	0,779
3	SC	Entre Rios	105,2	3.104	0,715
4	SC	Bom Jesus	63,6	2.427	0,773
5	SC	Chapecó	624,3	174.187	0,840
6	SC	Seara	312,5	17.827	0,832
7	PR	Mangueirinha	1.073,8	17.526	0,755
8	PR	Palmas	1.567,4	43.409	0,737
9	RS	Alpestre	328,7	8.880	0,714
10	RS	Benjamin Constant do Sul	132,4	2.188	0,666
11	RS	Cacique Doble	203,9	5.008	0,734
12	RS	Faxinalzinho	143,4	2.607	0,744
13	RS	Gramado dos Loureiros	131,4	2.399	0,714
14	RS	Três Palmeiras	188,7	4.489	0,767
15	RS	Nonoai	469,3	12.601	0,728
16	RS	Passo Fundo	780,4	197.507	0,804
17	RS	Planalto	230,4	10.734	0,741
18	RS	Rio dos Índios	237,0	4.192	0,706
19	RS	Ronda Alta	426,3	9.865	0,780
20	RS	São Valentim	154,2	3.996	0,766

Fontes: PROMESO (2007), IPEA (2003).

O Município de Palmas (PR) divide as terras indígenas com o Município de Abelardo Luz (SC). Pelo processo histórico de ocupação, o município era a Sede Geral dos Campos de Palmas, há presença de muitos latifúndios e de proprietários tradicionais, e a grande maioria lida com a criação de gado bovino.

Apenas 9% de seus habitantes habitam na zona rural, somando o grande número de peões, que se misturam com índios Kaingang, negros e caboclos. Seu IDH geral é de 0,737, e o da renda de 0,689, o que indica que, na realidade, a pobreza no interior e fundo das fazendas é muito grande. Os índios da TI Palmas são resultado das reservas estratégicas do governo e serviram como uma espécie de cobaias para o aliciamento de outros grupos indígenas Kaingang e mesmo como instrumentos de orientação nas matas para a caça dos bugres⁸.

No Município de Alpestre (RS) o IDH da renda das pessoas é de 0,598 e o geral de 0,714. Com 78% de seus habitantes vivendo na zona rural, é formado por

grupos indígenas, caboclos e de imigrantes italianos e alemães. Vem desenvolvendo em porção de seu município o cultivo de frutas, tendo destaque a uva, que é produzida quase dois meses antes que a da Serra Gaúcha, o que tem elevado a renda de muitos produtores rurais. Outro fator que mudará sua história econômica e de infraestrutura a partir de dezembro de 2010 é a geração de energia pela Hidrelétrica Foz do Chapecó Energia, instalada no rio Uruguai, com aproximadamente 2 milhões de reais por ano da arrecadação de impostos da energia e dos *royalties*.

Benjamin Constant do Sul é um dos municípios do noroeste gaúcho que concentra um baixo IDH geral, que é de 0,666, e um econômico de 0,555. É habitado por grupos indígenas Kaingang e por pequenos produtores rurais, com um grande número de pessoas sem terra. 91% de seus habitantes são da zona rural. As terras, na grande maioria, encontram-se concentradas em grandes propriedades e na produção de soja, milho, trigo e feijão. A reocupação dos indígenas Kaingang é muito recente e tem

⁸ Caça dos bugres: Designação genérica atribuída aos distintos grupos de indígenas que não se sujeitaram viver aldeados e podiam ser caçados, eliminados. Os bugreiros eram denominações dadas aos caçadores contratados para matar os índios rebeldes – aos bugres.

gerado muitos conflitos e confrontos com proprietários rurais e latifundiários da região.

O Município de Cacique Doble possui uma população de 4.770 habitantes, dos quais 69% são da zona rural. O IDH geral é de 0,732 e o da renda é de 0,641, números esses que indicam o baixo poder econômico da maioria das pessoas, inclusive pela presença de Terras Indígenas Kaingang, que na grande maioria não comprovam rendimentos a não ser os dados da bolsa família.

Faxinalzinho (RS) é um município pequeno do noroeste gaúcho. Seu IDH geral é de 0,744, e o de renda é de 0,645. No espaço rural vivem 57% da população de um total de 2.918 habitantes. Os Kaingang da TI Votouro estão em processo de demarcações de terras neste município, e os conflitos e confrontos são visíveis com os proprietários de grandes áreas de terra mecanizadas e com autoridades municipais. A omissão do governo gaúcho para a definição dessa questão é uma realidade e está sendo sentida pelas comunidades indígenas da região.

Gramado dos Loureiros (RS) tem áreas indígenas Kaingang da TI Nonoai, da jurisdição da Funai de Chapecó (SC). Aproximadamente 82% de sua população vivem na zona rural. Seu IDH geral é de 0,714, e o da renda é de 0,608, considerada baixa pelo potencial de produção agrícola do município.

No Município de Nonoai (RS) está localizada a sede da maior área indígena Kaingang da região, somando, na junção com os demais municípios, em torno de 37 mil hectares, dos quais 16 mil estão demarcados como reserva florestal, uma das maiores do Rio Grande do Sul. A população rural é de 31%; o IDH geral é de 0,728 e o da renda de 0,655, também baixo pelo número de pessoas de baixa renda, estando ainda as terras concentradas nas mãos de poucos proprietários e com presença de latifúndios.

A presença indígena Kaingang tem movimentado o comércio local nos últimos dez anos. Movimento devido às aposentadorias, à bolsa família e à produção de alimentos da agricultura familiar rural. Ele tem minimizado o impacto do êxodo rural, muito praticado e drástico nos municípios do noroeste gaúcho que não contam com a população indígena. A prática agrícola do município ainda está centrada na produção de soja, trigo e milho, mesmo nas terras indígenas mecanizadas que, na grande maioria, são arrendadas por granjeiros e investidores rurais da região.

Com uma população próxima dos 200 mil habitantes, o Município de Passo Fundo (RS) é a sede da jurisdição da Funai, que tem sob sua administração as Terras de Votouro, Serrinha, Guarita, Rio dos Índios e Cacique Doble. Nas terras indígenas Kaingang de abrangência do município, a população indígena é pequena, somando poucas famílias. Possui IDH geral de 0,804, e o de renda de 0,755.

Apenas 2% de sua população vivem na zona rural, e a maioria das propriedades são de grande porte e estão concentradas nas mãos de poucos proprietários ou investidores rurais.

O Município de Planalto (RS) abrange a Terra Indígena Nonoai, tendo população formada por imigrantes italianos, alemães, caboclos, indígenas Kaingang e Guarani. 49% de seus habitantes habitam na zona rural, e esse número é assegurado pela população indígena. O IDH geral é de 0,741, e o da renda é de 0,648, também considerada baixa devido à maioria das pessoas indígenas dependerem apenas da bolsa família como rendimento contabilizado.

O Município de Rio dos Índios sofre com o baixo nível de renda, sendo seu IDH de 0,585 e o geral de 0,708. Seu território abrange parte da Terra Indígena Nonoai e tem poucos habitantes indígenas. Sua população é formada por imigrantes de italianos, alemães e, na grande maioria, por caboclos ou, como dizem na região, por brasileiros. As terras se encontram concentradas, principalmente as mecanizáveis, e a maioria dos habitantes da zona rural vive em pequenas propriedades nas margens do rio Uruguai ou áreas mais íngremes e da peonagem. Com a construção da barragem da Foz do Chapecó Energia, muitos agricultores ou ribeirinhos tiveram que vender suas propriedades e procurar novas residências nas cidades ou em outras terras da região Sul do Brasil. Cabe analisar aqui que a presença indígena é mínima, e o município tem enfrentado dificuldades para segurar o êxodo rural e combater a pobreza.

Os municípios de Ronda Alta, com IDH geral de 0,780 e o da renda de 0,650, Três Palmeiras, com IDH de 0,767 e o da renda de 0,658, Constantina, com IDH geral de 0,760 e o da renda 0,668, e Engenho Velho, com IDH de 0,777 e o da renda de 0,668, abrangem a Terra Indígena Serrinha, que é de formação e reocupação recente. A maioria dos Kaingang desta Terra continua com as práticas agrícolas dos agricultores desapropriados, com exceção das integrações, que exigem cidadania plena para os financiamentos e créditos agrários. A média da população rural desses municípios é de 55% habitantes da zona rural. Na mesma situação se encontra o Município de São Valentim, com IDH geral de 0,780 e o da renda de 0,650, e 61% de seus habitantes vivendo na zona rural.

É importante ressaltar que para Tommasino e Fernandes (2001) “o contato dos Kaingang com a sociedade envolvente teve início no final do século XVIII e se efetivou em meados do século XIX, quando os primeiros chefes políticos tradicionais (Pô’í ou Rekakê) aceitaram aliar-se aos conquistadores brancos (Fógs), transformando-se em capitães”. Esses são os primeiros chefes indígenas considerados como políticos a cumprirem e fazerem seus povos cumprir regras dos brancos. Cite-se como exemplo o Cacique Vitorino Kondá, que foi fundamental na pacificação de milhares de pessoas arredias, vencidas entre 1840 e 1930. Fernandes

(2001, p. 36) coloca ainda que “entre os desdobramentos dessa história, destaca-se o processo de expropriação e acirramento de conflitos, não apenas com os invasores de seus territórios, mas também intragrupos Kaingang”.

Conclusão

Esta pesquisa buscou contemplar um estudo que caracteriza o povo indígena Kaingang da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul numa perspectiva de apontar aspectos relativos à definição de território e de territorialidades ante a sociedade não indígena da região, ao poder de decisão e aos processos endógenos de desenvolvimento indígena quando da demarcação de suas terras e de gestão, à atuação dos órgãos governamentais do Estado Nacional nas definições e garantia da aplicação de políticas públicas de inclusão social, bem como à atuação e comportamento das autoridades locais e regionais, quanto às ações de poder político e econômico que definem as formas de uso e ocupação dos espaços.

A sociedade indígena Kaingang, devido ao longo processo de dependência atrelada aos órgãos tutores do governo nacional e às formas de indução para a manutenção do contingente em reservas, adentra no século XXI, em estado de pobreza e de exclusão social.

A situação dos indígenas Kaingang ante a sociedade regional é uma consequência das políticas públicas de inclusão na sociedade brasileira sem considerações às diferenças, do abandono e do desrespeito à cultura e aos saberes próprios desse povo.

São, assim, os resultados de forças exógenas, da ganância pela exploração dos recursos naturais e da natureza, num primeiro momento pelos investimentos capitalistas e modos de produção de colonizadores descendentes de europeus. Estes não levaram em conta as pessoas autóctones, mas a força destas para o trabalho, para a escravidão, tidas como obstáculos e entraves para o desenvolvimento.

Conhecedores de sua situação, os Kaingang da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul vêm restabelecendo seus espaços e territórios, emergindo sob novas formas, com novos significados buscados na educação formal, no confronto com a sociedade brasileira, na afirmação de suas territorialidades, conquista e visibilidade que vão territorializando e garantindo a autonomia e cidadania com respeito às diferenças.

Referências

BALDUS, H. 1937. *Ensaios de etnologia brasileira*. 2^a ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional. Disponível em: <http://www.socioambiental.org>. Acesso em: 09/11/2008.

BORBA, T. 1908. *Actualidade indígena*. Curitiba, Impressora Paranaense, 172 p.

FERNANDES, R.C. 2001. *Impactos da UHE Quebra-Queixo sobre a Terra Indígena Xapéó*. Florianópolis, Laudo Antropológico, 102 p.

HAESBAERT, R. 2004. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 400 p.

IPEA/PNUD. 2003. Relatório do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://getinternet.ipea.gov.br/SobreIpea/relatoriodegestao2003>. Acesso em: 26/03/2010

LAROQUE, L.F. da S. 2006. *Fronteiras geográficas, éticas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)*. São Leopoldo, RS. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 162 p.

LENCIONI, S. 2003. *Região e geografia*. São Paulo, Edusp, 214 p.

LIMA, T.S. 2005. *Um peixe olhou para mim: o povo Yudá e a perspectiva*. São Paulo, UNESP/ISA/NUTI, 400 p.

MABILDE, P.F.A.B. 1897. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação "Coroados" que habitam os sertões do Rio Grande do Sul, pelo Tenente-Coronel P.F. Affonso Mabilde (1866)*. Annuario do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano XIII.

MELLO, L.G. 2007. *Antropologia cultural: iniciação, teorias e temas*. 10^a ed., Petrópolis, Editora Vozes, 201 p.

MERLEAU-PONTY, M. 1999. *Fenomenologia da percepção*. 2^a ed. São Paulo, Martins Fontes, 246 p.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. 2010. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/>. Acesso em: 10/05/2010.

PAULA, S.A. de. 2005. *Territorialidades indígenas na Amazônia brasileira do século XXI: o caso Jamandi*. Curitiba, PR. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 320 p.

PROMESO - PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS. 2007. Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_promeso. Acesso em: 05/04/2010.

RAFFESTIN, C. 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 269 p.

SANTOS, M. 1997. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. 2^a ed., São Paulo, Editora Hucitec, 308 p.

SOUZA, M.J.L. 2001. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: I.E. de CASTRO; P.C. da C. GOMES; R.L. CORRÊA (orgs.), *Geografia: conceitos e temas*. 3^a ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 77-116.

TOMMASINO, K.; FERNANDES, R.C. 2001. Organização social e política Kaingang. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang/288>. Acesso em: 01/2001.

TUAN, Y.-F. 1980. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo, Difel, 288 p.

TUAN, Y.-F. 1983. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, Difel, 250 p.

VEIGA, J. 2006. *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas, Curt Nimuendajú, 256 p.

VIVEIROS DE CASTRO, E. 1996. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Maná*, 2(2):114-144.

Submetido em: 16/09/2010
Aceito em: 21/03/2011

Leonel Piovezana
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Av. Senador Atílio Fontana, 591 E
Caixa Postal 1141, Bairro EFAPI
89809-000, Chapecó, SC, Brasil